**ESTORIL POLITICAL FORUM 2025**

*"The Future of Democracy in the Age of Artificial Intelligence"*

**ALICE NHAMPOSSE, PhD**

Doutora em Ciências de Educação

Directora da Extensão de Maputo - Universidade Católica de Moçambique

E-mail: [anhamposse@ucm.ac.mz](mailto:anhamposse@ucm.ac.mz)

**Evolução do Ensino Superior e Criação de Universidades no Período Democrático em Moçambique: Políticas de Formação e Construção da Cidadania**

***Evolution of Higher Education and Creation of Universities in the Democratic Period in Mozambique: Training Policies and Construction of Citizenship***

**Resumo**

Discutir a evolução do ensino superior e criação de universidades no período democrático em Moçambique bem como refletir sobre políticas de formação para construção da cidadania, pretende-se dialogar com as propostas do fórum sobre “O Futuro da Democracia na Era da Inteligência Artificial”. Destarte, no arcabouço da actual conjuntura global sobre o futuro da democracia é crucial destacar a relevância da universidade e das políticas de construção da cidadania. Nesta senda, a evolução do ensino superior em Moçambique é notória ainda a dependência externa recorrente no que tange à consolidação de políticas educacionais que todo sistema educacional apresenta. Contudo, é possível perceber através dos indicadores de pesquisas que neste percurso, Moçambique tem dado respostas satisfatórias nos grandes desafios que se colocam para construção de uma cidadania activa, propulsora de um progresso auto-sustentado.

**Palavras-Chave: Ensino Superior; Universidade; Política; Democracia.**

**Abstract**

To discuss the evolution of higher education and the creation of universities during the democratic period in Mozambique, as well as to reflect on training policies for the construction of citizenship, we intend to engage with the proposals of the forum on “The Future of Democracy in the Age of Artificial Intelligence”. Thus, within the framework of the current global situation regarding the future of democracy, it is crucial to highlight the relevance of the university and citizenship construction policies. In this regard, the evolution of higher education in Mozambique is still notable for its recurring external dependence on the consolidation of educational policies that every educational system presents. However, it is possible to perceive through research indicators that in this path, Mozambique has given satisfactory responses to the great challenges that arise for the construction of an active citizenship, driving self-sustained progress.

**Keywords: Higher Education; University; Politics; Democracy.**

**Introdução**

Falar em ensino superior implica necessariamente convocar um ideal de cidadania. Em teoria, cidadania na sua dimensão mais ampla e próxima de uma certa plenitude por transcender a acepção e a prática política prevalecentes, no jogo, nem sempre equilibrado e nem sempre justo, quando não excludente, entre direitos e deveres, entre processos de sufrágio e de exercício do poder. Assim, se por um lado, o espaço universitário é, na sua essência, um lugar democrático por excelência, por outro, a formação a esse nível assegura, em princípio, competências que determinam uma visão mais alargada, flexível e um envolvimento mais consistente e consequente em prol do desenvolvimento e do bem-estar das nações.

Afinal, a instrução funciona e funcionou, em quase todas as sociedades e em quase todos os tempos, como fator diferenciador e legitimador de uma determinada condição intelectual e socioeconómica e de um incontornável compromisso cívico atinente com o ideal de bem público.

Se o foi no passado, é-o ainda mais nesta nossa galopante e, muitas vezes, indiscernível contemporaneidade que instituiu o conhecimento como ferramenta essencial para a realização pessoal, social e profissional. Aos instruídos são, em princípio, reservados papéis e exigidas qualidades que os singularizam na sua participação quer nos assuntos de Estado quer nas múltiplas e diversificadas realizações que dinamizam e moldam os destinos de cada país. E esses papéis e qualidades, sempre ancorados numa idealização e prática de cidadania, tornam-se mais acentuados quando se fala em ensino superior.

Olhando para o percurso pós-independência, relativamente recente (50 anos) de um país como Moçambique, é esclarecedor observar que a percepção do Estado, enquanto definidor das políticas educacionais muito especialmente em relação ao ensino superior, reflecte um marcado sentido de cidadania em relação ao perfil dos graduados e ao que deles se espera.

Sentido que traduz, em diferentes momentos, não só as tendências de uma ordem mais global, mas também, e sobretudo, as exigências e as responsabilidades que se colocam internamente tendo em conta aqueles que são definidos como os grandes desafios do próprio país.

Naturalmente que não pomos de lado a inevitável tentação e possibilidade de vermos questionados tanto a eficiência dessas políticas, bem como a sua eficácia tendo em conta o que elas preconizam e o que efectivamente se verifica no terreno. Todavia, o que dificilmente pode ser recusado é a legitimidade intrínseca das intenções e das políticas avançadas, por se inscreverem numa vontade mais ou menos genuína de afirmação de soberania quanto de um olhar transformador, quando não utópico, em relação ao futuro.

**Ensino Superior e Criação de Universidades no Período Democrático em Moçambique: Estado da Questão**

A história de ensino superior de Moçambique hoje, é genericamente, dividida em *dois grandes momentos*, tendo quase sempre como pressuposto a orientação político-económicadominante: *O primeiro momento* que vai de 1975 a inícios da década de 90 e vale lembrarque é neste período que o país conhece a 1ª Lei do Sistema Nacional de Educação, a (Lei3/83 de 23 de Março de 1983).

A visão do SNE, nas disposições sobre Ensino Superior, estabelecia que o conhecimento produzido nas Universidades devia se ligar com as conquistas da nova sociedade política. Nesta visão, duas dimensões importantes: (i) A questão de Ensino, que por um lado, era considerado de suma importância, pelo facto deste poder sustentar a necessidade de o professor continuamente ter uma formação, que objectivava a melhorar não só os conteúdos da disciplina que ministrava, mas também melhorar as técnicas e as metodologias de ensino. (ii) por outro lado, a pesquisa, que significava que as universidades estariam cumprindo o seu papel de busca constante das soluções dos problemas que o país enfrentava ou enfrenta ainda hoje. A este propósito, o preâmbulo da Lei nº 3/83, de 23 de Março de 1983 afirma o seguinte: ”O Sistema Nacional de Educação deveria não só garantir o acesso dos operários, dos camponeses e dos seus filhos a todos os níveis de ensino, mas também deveria permitir a apropriação da ciência, da técnica e da cultura pelas classes trabalhadoras”. No artigo 36, fazendo a caracterização do *subsistema de educação superior*, deixa claro que “realiza a formação de profissionais técnicos e científicos com um alto grau de qualificação e uma profunda aquisição do conhecimento da realidade nacional e das leis da natureza, da sociedade e do pensamento, pois só dessa forma se abre oportunidades para todos participarem em actividades que promovam o desenvolvimento sustentável e a defesa do país. A formação neste subsistema realiza-se ou ocorre em estreita ligação com a investigação científica.

A lei traz um elemento fundamental na *Educação Superior*, a questão da ligação entre o *ensino e pesquisa*, assim como a dimensão da utilidade da *pesquisa científica* para o desenvolvimento do País. As políticas educacionais desenvolvidas a partir do Sistema Nacional de Educação (SNE), em especial o subsistema de *Educação Superior***,** nos leva a reafirmar que, é da responsabilidade do Estado velar pela educação e ao mesmo tempo, pelo alinhamento das políticas públicas no país. Ressentindo-se o país da falta de professores a todos os níveis, que na sua maioria eram portugueses, que fugiram após a independência, foram criados cursos com a duração entre *seis meses a dois anos* para massificar a formação de professores.

A concrectização desse propósito, exigiu de alguma forma que a universidad*e* foi a instituição utilizada para o efeito. Os quadros de então sistema educacional, eram preparados para implementar os diferentes programas educacionais a todos os níveis numa sociedade de economia socialista. Neste contexto, o Marxismo Leninismo (ML) passou a ser uma disciplina transversal a todos os cursos.

As carreiras e a vocações individuais deviam subordinar-se aos interesses nacionais e aqui “vale lembrar a “Geração nós”, os heróis de 8 de Março. O ideal de cidadania que era proposto assentava numa base essencialmente colectivista, pois acreditava-se que com a formação Superior, os quadros iriam assegurar o desenvolvimento sustentável do país, materializando os princípios da ideologia socialista instituída.

*Um segundo momento* desde década de 90 até aos nossos dias hoje, impulsionado pela viragem a que se assistia quer no país quer no mundo, nos inícios da década de 90. A queda do Muro de Berlim, o fim da guerra fria, por um lado, e a adopção, por outro, no país de uma economia de mercado, de uma constituição liberal e o fim da guerra civil, ganha forma um novo entendimento do papel do *Ensino Superior*. Em 1991 um diploma governamental institui os exames de admissão para o ingresso ao Ensino Superior. Em 1993, o Parlamento aprova a criação do Conselho Nacional do Ensino Superior, com a função de aconselhar o Conselho de Ministros. No mesmo ano, é aprovada a Lei do Ensino Superior (1/93) que, pela primeira vez, abre espaço para a criação das universidades privadas. Este pressuposto político fez com que só apenas a partir de 1995, é que começaram a surgirem as primeiras universidades privadas. Nos anos subsequentes deram-se passos significativos que traduziam não só profundas transformações política se socioeconômicas, como também uma nova perspectiva sobre a natureza e a função das universidades no relançamento de um país e de uma sociedade em busca de si própria. O lançamento, em 2000, do Plano Estratégico do Ensino Superior em Moçambique 2000-2010 e a criação do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (MESCT), seriam reveladores do compromisso do Estado em relação aos grandes desafios que se colocavam ao próprio subsistema do Ensino Superior. A questão seguinte que aqui se possa colocar é quais são, então os *“dilemas actuais do Ensino Superior”.* Sem querer aqui definir o conceito, é importante salientar que [um dilema é] “uma escolha entre duas ou mais tomadas de decisão, em que, de todos os lados, há obstáculos que tornam difícil saber qual é a melhor opção” (Berlak and Berlak cit. Cunha, 2011). Esta foi a definição de dilema dada por Berlak and Berlak em 1981, e, apesar de volvidos mais de trinta anos, continua na modéstia nossa opinião, perfeitamente na actualidade. Ela demonstra, por um lado, as dificuldades que têm, em optar por um caminho, ou outro, quando há dúvidas quanto às consequências advindas das decisões que se poderão tomar.

Discutir o Ensino Superior é, para todos os efeitos, debruçarmo-nos sobre aquela que é a pedra angular da busca de excelência, a todos os níveis, no processo de desenvolvimento de um país.

Olhando, hoje, para aquilo que é a situação do Ensino Superior em Moçambique, não podemos deixar de conceder que, devido a todas as vulnerabilidades, às discrepâncias entre o que as políticas educacionais preconizam e o que a realidade nos oferece, se apresentam contornos que têm tanto de dramático como de desafiador. Um factor decisivo em relação às orientações que o sector da educação, em geral, e do Ensino Superior, em particular, vai seguindo ao longo do tempo, prende-se com a notória dependência que o país apresenta em relação ao exterior quanto ao financiamento nas áreas de investigação, formação, infraestrutura etc. A reforma do Estado trouxe consigo a redefinição de seu papel em relação a políticas sociais, inclusive o *Ensino Superior*. Porém, as políticas de Educação Superior nas instituições de *Bretton Woods* afirmam que a educação é um bem privado, mercantilizado. Por outro lado, a Unesco reafirma a importância da Educação Superior na construção da solidariedade humana, por isso é visto como um direito para todos e um bem público.

Nesta sequência, o grande marco neste período consistiu na institucionalização da entrada de actores privados no Ensino Superior em 1993, materializada pela 1ª Lei do ES nº1/93, de 24 de Junho, contudo sem regulamentação. Assim, com a aprovação desta lei, pessoas colectivas de direito privado, tais como associações, sociedades, fundações ou cooperativas, podiam criar instituições do ensino Superior. Com esta abertura, foi notória a massificação do ensino superior com um crescimento significativo de ingressos e uma expansão territorial deste subsistema de ensino, de 3 IES públicas em 1993, para 53 em 2017, sendo 19 públicas e 34 privadas, sendo actualmente 62 IES.

Outro fator não menos importante é o facto de que, apesar do esforço que o Governo tem envidado para expandir e aumentar o acesso ao ES em Moçambique, as estatísticas de 2015 produzidas sobre o Ensino Superior na Região da SADC e no mundo indicam que Moçambique possui um rácio de participação da população em idade de frequentar o Ensino Superior de 6.4%, Botswana 27.5%, Cabo Verde 21.7%, África do Sul 20%, Angola 9.3%, Zimbabwe 8.4 % . Portanto, em termos de desempenho de cada um dos países, Moçambique é o País que apresenta a menor taxa bruta de matrícula o que evidência claramente que o nosso País deve continuar com os esforços do aumento de acesso ao ensino superior para elevar a taxa de participação ao nível regional, sem descurar a qualidade e relevância dos cursos.

**Considerações Finais**

O ano de 2009 terá sido, seguramente, na recente história de Moçambique aquele em que a discussão sobre o ensino superior não só conseguiu atrair a atenção de quase todos os quadrantes da sociedade, como também levou a que essa mesma discussão fosse, em alguns momentos, particularmente confrangedora. Muitos serão os motivos que podem ser apontados para que tal tivesse acontecido. No entanto, dois merecem a nossa atenção. Primeiro, a já referida questão da expansão das IES que tem gradualmente mobilizado o interesse da sociedade, em geral, haja em vista o aumento da população universitária ávida de obter um curso superior pelas implicações e vantagens que daí advêm, do ponto de vista da afirmação pessoal e profissional.

O segundo motivo, pelos contornos mediáticos que assumiu, teve a ver com a aprovação de uma nova Lei do Ensino Superior que instituiu, à imagem do processo de Bolonha, o sistema dos três ciclos, como sejam licenciatura, mestrado e doutoramento. E o pomo da discórdia que inflamou os ânimos e as opiniões dos intervenientes aos mais diversificados níveis assentou na questão da redução do tempo de formação do primeiro ciclo para três anos, na questão da empregabilidade e da mobilidade dos estudantes.

Apesar de a lei deixar ao arbítrio das IES nacionais a possibilidade de escolherem, em relação ao primeiro ciclo, entre três e quatro anos, o que se verificou em algumas IES foi um enfoque acentuado nos três anos. A Universidade Católica de Moçambique, uma das instituições de referência no país, optou dominantemente pelos 4 anos nos diferentes cursos que oferece, facto que, de imediato, mobilizou a atenção das ordens profissionais, que louvaram a consistência da formação e sobre a qualidade dos futuros graduados.

Por outro lado, em que medida está assegurada a mobilidade dos estudantes nacionais por outras instituições do ensino superior, sobretudo fora do país, se não for acautelada e reconhecida a qualidade nas instituições em que estão inseridos? O processo aqui referido terá sido, sobretudo, um teste sobre o equilíbrio, claramente deficitário, dos poderes em relação ao ensino superior, isto é, o carácter impositivo das políticas e das posturas governamentais, a real dimensão da autonomia universitária, o papel do mercado de trabalho, interesses individuais e da sociedade em geral. Aliás, fica comprovada, neste caso, a confrontação há anos lucidamente vislumbrada por Jean-François Lyotard (1989) entre o jogo do saber e o jogo do poder, isto é, entre quem decide o que é saber e quem sabe o que convém decidir – afinal, duas faces da mesma moeda.

A existência ou não deste equilíbrio será em grande parte responsável tanto pelo que de melhor ou pior se fará nas IES, pelo perfil de saída dos graduados e pela qualidade da sua prestação no mercado de trabalho e na sociedade, assegurando, ou não, uma cidadania responsável, crítica e criadora e o desenvolvimento consistente e irreversível do país.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Brouwer, Roland, Lídia Brito e Zélia Menete (2009). “Educação, formação profissional e poder”, in Desafios para Moçambique 2010. Maputo, IESE, 273-296.

Brock-Utne, Birgit (2003). “Formulating higher education policies in Africa: The pressure from external forces and the neoliberal agenda”, Journal of Higher Education in Africa, 1 (1), 24-56.

Colectânea de Legislação do Ensino Superior. 2012.

Lyotard, Jean-François (1989). *A condição pós-moderna.* Lisboa, Gradiva.

Mário, Mouzinho et al. (2003). *Higher education in Mozambique. A case study.* Maputo, Imprensa & Livraria Universitária.

Matos, Narciso; Mosca, João. *Desafios do ensino superior*. *In*: Brito, Luís de; Castel-Branco, Carlos Nuno; Chichava, Sérgio; Francisco, Antônio (Orgs.). Desafios para Moçambique 2010. Maputo (Mz): IESE, 2009.

Plano Estratégico do Ensino Superior 2012-2020.